

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.680.602 - SC (2017/0148637-4)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : ANDRE VILMAR JANUARIO  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE LEAL MORAES - SC021656  
**RECORRIDO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto por ANDRE VILMAR JANUARIO, fundamentado nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. ARTIGO 20, DA LEI Nº 8.742/93 (LOAS). CONDIÇÃO DE IDOSO OU DE DEFICIENTE. SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL. REQUISITOS PREENCHIDOS. ANTECIPAÇÃO OS EFEITOS DA TUTELA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI 11.960/09. CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO. DIFERIMENTO PARA A FASE PRÓPRIA (EXECUÇÃO).

1. O direito ao benefício assistencial pressupõe o preenchimento dos seguintes requisitos: condição de deficiente (incapacidade para o trabalho e para a vida independente, consoante a redação original do art. 20, da LOAS, ou impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, consoante a redação atual do referido dispositivo) ou idoso (assim considerado aquele com 65 anos ou mais, a partir de 1º de janeiro de 2004, data da entrada em vigor da Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso) e situação de risco social (ausência de meios para a parte autora, dignamente, prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família). 2. Na hipótese, comprovados o requisito condição de deficiente e a atual situação de risco social, tem direito a parte autora à concessão do benefício assistencial de prestação continuada desde a data do ajuizamento da ação, 09/05/2008. 3. Presentes a verossimilhança do direito da parte autora, conforme fundamentação, bem como o fundado receio de dano irreparável - consubstanciado na situação vivenciada pelo autor, que é pessoa doente, sem condições de trabalhar, é de ser mantida a antecipação dos efeitos da tutela

concedida. 4. Deliberação sobre índices de correção monetária e taxas de juros diferida para a fase de cumprimento de sentença, de modo a racionalizar o andamento do processo, e diante da pendência, nos tribunais superiores, de decisão sobre o tema com caráter geral e vinculante. Precedentes" (fl.397e).

Sustenta o recorrente, no Recurso Especial, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 996, 85, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, ambos, do CPC/15 e Súmula 76 do TRF4. Para tanto, sustenta que:

"Há INTERESSE EM RECORRER POR PARTE DO ORA RECORRENTE, haja vista que espera, em tese, do julgamento do Recurso Especial, situação favorável pelo que configura-se a necessidade e a utilidade do presente recurso, considerando o teor do art. 996 do Código de Processo Civil.

**O ACÓRDÃO ora impugnado, quanto à matéria da prescrição, representa PROVIMENTO FINAL CONSIDERADO A JURISDIÇÃO ORDINÁRIA ESTADUAL.**

Toda a matéria que fundamenta o presente recurso foi PREQUESTIONADA JÁ DESDE O PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO, sobre ela expressamente versando o acórdão ora guerreado.

Assim, tempestivo e cabível este recurso, ainda mais quando o acórdão impugnado importa em clara e indiscutível divergência jurisprudencial, em relação à interpretação dada por outro Tribunal, **FUNDAMENTADO NO ARTIGO 105, INCISO III, LETRA 'A' e 'C' DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.**

1 - DOS FATOS.

Interposta Apelação Cível contra a sentença que julgou IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo Recorrente, esta foi distribuída junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, para a Sexta Turma.

**Julgado o Recurso de Apelação em 26 de outubro de 2016, foi negado o seu provimento, tendo a ementa o seguinte teor:**

(...)

Entretanto, a PRETENSÃO em REVER o patamar dos Honorários Advocatícios inerentes ao Princípio da Sucumbência lhe fora negado, conforme cita o seu BOJO:

(...)

O Presente recurso visa a **READEQUAÇÃO** dos

**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS** inerentes ao Princípio da SUCUMBÊNCIA, uma vez que **NOTÓRIO** é o **AVILTAMENTO** dos mesmos com a **Condenação em meros R\$ 800,00** (oitocentos reais), conforme a **Sentença de 1º grau de Jurisdição**, e por vez mantido pelo **Acórdão ora guerreado**.

Da forma como foi julgada a Apelação interposta pelo ora Recorrente, o Acórdão impugnado deu interpretação divergente daquela que lhe foi emprestada por outros Tribunais Pátrios, inclusive pelo próprio Tribunal Regional Federal da 4º Região - TRF4, contrariando precedentes, que devem prevalecer na hipótese dos autos.

## **2 - CONTRARIEDADE A LEI FEDERAL**

Inicialmente cumpre firmar que o Acórdão Guerreado é **MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO à Lei nº 13.105, de 16 de marco de 2015 - Novo Código Civil, em seu art. 85:**

(...)

Ademias, o Acórdão, no que tange a questão dos Honorários Advocatícios, **afronta também o entendimento do Tribunal Regional da 4º Região em sua Súmula n.º 76:**

(...)

Assim, o Valor de RS 800,00 (oitocentos reais) AGRIDEM NÃO Só o Patrono da presente demanda que acompanhou Perícia Médica Autor, laborou com zelo e cautela, mas também a Própria Lei de Processo Civil.

Por estas Razões, deverá que **MODIFICADA a CONDENAÇÃO** dos Honorários Advocatícios Sucumbenciais sendo **MAJORADOS** ao Patamar das Decisões já proferidas no mesmo sentido.

## **3 - DAS DECISÕES PARADIGMAS DE DIVERGÊNCIA**

Ilustres Ministros, insurge-se o Recorrente contra o v. Acórdão prolatado uma vez que é **TOTALMENTE DIVERGENTE de outros JULGADOS IDÊNTICOS**, sendo inclusive um deste patrocinado por este que vos peticiona.

### **PARADIGMA 01: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4º REGIÃO - TRF4**

(...)

A IDENTIDADE DE SITUAÇÕES que autoriza o Recurso Especial pela alínea 'c' do permissivo constitucional do artigo 105, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil É EVIDENTE.

**O cerne da questão, Excelências, é Readequação dos Honorários Advocatícios inerentes ao princípio da Sucumbência para os PARÂMETROS DEFINIDOS jurisprudencialmente.**

4 - DAS DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

Nota-se, Excelências, que a temática igualmente já reverberou neste Tribunal, conforme cita-se:

(...)

Assim, sendo cristalina a similitude entre as hipóteses contrastadas, com diversidade de soluções que caracterizam a divergência jurisprudencial, e, autorizam o processamento do Recurso Especial, nos termos do dispositivo constitucional indicado, é que deve ser reformada o Acórdão guerreado, e dada interpretação correta à questão posta para análise, com o provimento do presente Recurso nos termos do pleiteado nas razões de Apelação interposta pelo ora Recorrente" (fls. 399/410e).

Por fim, requer que "seja CONHECIDO o presente Recurso reconhecendo o ERROR IN IUDICANDO, e, deem PROVIMENTO ao mesmo REFORMANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO, REQUER a REVISÃO DA DECISÃO concernente aos Honorários Advocatícios inerentes ao Princípio da Sucumbência para sua alteração ao patamar de 10% (dez por cento) sobre as Parcelas Vencidas, nas conformidades com a Súmula 76 desta corte, como forma de se evitar decisões conflitantes dos Tribunais, e, dar uniformidade de interpretação à jurisprudência pátria, nos termos das razões ora apresentadas, por ser da mais cristalina, imperiosa e lúdica JUSTIÇA" (fl. 410e)

Sem contrarrazões, o recurso foi admitido na origem (fl. 443e).

Sem razão a parte recorrente.

O Tribunal de origem, para decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa:

"A parte autora recorre pleiteando a fixação dos honorários advocatícios em percentual incidente sobre a condenação (10%), bem assim como para que o percentual incida sobre as parcelas recebidas por força da tutela antecipada.

A autarquia previdenciária aduz não estar demonstrada a situação de risco social.

Com contrarrazões, vieram os autos para julgamento.

Neste Tribunal, o parecer do Ministério Público Federal foi pelo desprovimento dos apelos.

(...)

Honorários advocatícios e periciais

**Mantida a condenação em honorários, na forma como fixada em sentença. Restando a condenação das parcelas vencidas**

**limitada ao período compreendido entre o ajuizamento da ação, 09/05/2008, e a implantação do benefício por força da tutela antecipada, 13/11/2008, correta a sentença que fixou os honorários em R\$ 800,00.**

A pretensão de fazer incidir os honorários em percentual sobre as parcelas recebidas em antecipação de tutela, também improcede. Isso por força do juízo de que está bem aplicada a condenação em honorários, como se disse linhas acima; e também porque, **no caso, as parcelas percebidas a partir da tutela antecipada não são parcelas vencidas - as parcelas vencidas estão limitadas ao período que vai do ajuizamento até a data do início do pagamento do benefício.**

Improvido o recurso da parte autora.

Da mesma forma, deve o INSS suportar o pagamento do valor fixado a título de honorários periciais

(...)

Conclusão O apelo da parte autora, da autarquia, e a remessa oficial, restam improvidos; prejudicada a questão do exame da forma de cálculo dos consectários legais, diferida para a fase de execução.

Dispositivo Ante o exposto, voto por negar provimento à apelação da parte autora, à apelação do INSS e à remessa oficial" (fls. 378 e 393/395e).

Destaco, de plano, que na linha da jurisprudência desta Corte, "o Recurso Especial não constitui via adequada para a análise de eventual ofensa a enunciado sumular, por não estar este compreendido na expressão 'lei federal', constante da alínea 'a' do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal" (STJ, AgRg no AREsp 261.990/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/03/2015).

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADO.

1. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF.

2. A deficiência na fundamentação do recurso atrai a incidência, por analogia, da Súmula nº 284/STF.

**3. Esta Corte Superior já consolidou o entendimento de que é incabível a análise de recurso especial que tenha por fundamento violação de súmula de tribunal, por não se enquadrar no conceito de lei federal, a teor do que dispõe o art. 105, III, da Constituição Federal.**

(...)

6. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.463.533/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 11/12/2015).

Destaco, ainda, que não se presta como aresto paradigma, para fins de comprovação do dissídio jurisprudencial, a indicação de julgado do próprio Tribunal prolator do acórdão recorrido, o que atrai a incidência da Súmula 13/STJ, segundo a qual "a divergência entre julgados do mesmo tribunal não enseja recurso especial".

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NOS MOLDES DOS ARTS. 1.029, § 1º, DO CPC/2015 E 255, § 1º, DO RISTJ.

1. O indigitado dissídio pretoriano não foi comprovado nos moldes exigidos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 (correspondente ao art. 541, parágrafo único, do CPC/1973) e 255, § 1º, do Regimento Interno do STJ, uma vez que as partes recorrentes apenas transcreveram a ementa do julgado que entendeu favorável à sua tese, sem realizar o necessário cotejo analítico entre a fundamentação contida no precedente invocado como paradigma e no aresto impugnado.

2. A alegação de dissídio jurisprudencial exige a comprovação da divergência através da juntada de certidões ou cópia dos acórdãos confrontados ou a citação do repositório oficial, autorizado ou credenciado, nos quais se achem publicados, inclusive em mídia eletrônica, o que não ocorreu no caso em tela.

**3. Não se conhece do apelo extremo diante do óbice contido na Súmula 13 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "a divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial".**

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.227.348/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/06/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA E NEXO CAUSAL. REVISÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. PARADIGMA JULGADO PELO PRÓPRIO TRIBUNAL PROLATOR DO ACÓRDÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 13 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCIDÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, que consignou que não houve comprovação da incapacidade laborativa, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

III - É incabível o exame do Recurso Especial pela alínea c do permissivo constitucional, quando incidente na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

**IV - É entendimento pacífico dessa Corte que o Recurso Especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, porquanto a parte recorrente, para demonstrar o dissídio jurisprudencial, trouxe como paradigma julgado proferido pelo Tribunal prolator do acórdão recorrido, incidindo na espécie a orientação da Súmula n. 13/STJ.**

V - O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Honorários recursais. Não cabimento. VII - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da

manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VIII - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.653.433/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/05/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. VIOLAÇÃO DO ART. 267 DO CPC/1973, DOS ARTS. 186 E 927 DO CC/2002 E DO ART. 374, I, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃOS RECORRIDO E PARADIGMA PROFERIDOS PELO MESMO TRIBUNAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 13 DO STJ.

1. Não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa ao art. 267 do CPC/1973, aos arts. 186 e 927 do CC/2002 e ao art. 374, I, do CPC/2015, pois as teses legais apontadas não foram analisadas pelo acórdão hostilizado.

2. Ressalte-se que não houve sequer interposição de Embargos de Declaração, o que seria indispensável para análise de uma possível omissão no julgado.

3. Assim, perquirir, nesta via estreita, a ofensa das referidas normas, sem que se tenham explicitado as teses jurídicas no juízo a quo, é frustrar a exigência constitucional do prequestionamento, pressuposto inafastável que objetiva evitar a supressão de instância. Ao ensejo, confira-se o teor da Súmula 282 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

4. No mesmo sentido, os enunciados sumulares 211 do STJ e 356 do STF. Assente no STJ o entendimento de que é condição sine qua non para que se conheça do Especial que tenham sido ventilados, no contexto do acórdão objurgado, os dispositivos legais indicados como malferidos.

5. O Tribunal de origem, com base no conjunto probatório dos autos, consignou que "não se evidencia que a situação experimentada pelos autores tenha resultado em um abalo ou constrangimento bastante a reconhecer o dano moral. Isso porque, o atraso no pagamento de precatórios, ainda que de natureza alimentar, por si só, não caracteriza prejuízo de ordem moral que justifique um dever de reparação. Para a



caracterização e consequente reparação do dano, é necessária a prova inequívoca do abalo moral decorrente da violação do direito, além da demonstração do nexo de causalidade entre o evento danoso e o seu resultado, o que não se verifica in casu.

(...) Ademais, apesar do atraso no pagamento dos precatórios, não há que se falar em prejuízo aos autores, ora apelantes, pois quando do pagamento serão corrigidos monetariamente e com incidência de juros moratórios" (fls. 159-161, e-STJ, grifei). A revisão desse entendimento implica reexame de matéria fático-probatória, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ.

**6. A divergência que enseja a interposição do Recurso Especial ao STJ é aquela verificada entre julgados de tribunais diversos. Caso contrário, esbarra-se no óbice da Súmula 13 desta Corte, in verbis: "a divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja Recurso Especial".**

7. No caso concreto, o acórdão tido por conflitante foi exarado pelo mesmo Tribunal, a saber, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

8. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.705.451/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

Como se observa da leitura dos trechos acima transcritos, o conteúdo normativo dos arts. 996, 85, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, ambos, do CPC/15, bem como a divergência jurisprudencial quanto a interpretação desses dispositivos legais, não foi objeto de discussão, ainda que implicitamente, pelo Tribunal **a quo**.

Da mesma forma, o Tribunal não emitiu pronunciamento acerca da alegação de que "a READEQUAÇÃO dos HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS inerentes ao Princípio da SUCUMBÊNCIA, uma vez que NOTÓRIO é o AVILTAMENTO dos mesmos com a Condenação em meros R\$ 800,00 (oitocentos reais), conforme a Sentença de 1º grau de Jurisdição, e por vez mantido pelo Acórdão ora guerreado". E que "como foi julgada a Apelação interposta pelo ora Recorrente, o Acórdão impugnado deu interpretação divergente daquela que lhe foi emprestada por outros Tribunais Pátrios, inclusive pelo próprio Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, contrariando precedentes, que devem prevalecer na hipótese dos autos (fl.404e). Por fim que "sendo cristalina a similitude entre as hipóteses contrastadas, com diversidade de soluções que caracterizam a divergência jurisprudencial, e, autorizam o processamento do Recurso Especial, nos termos do dispositivo constitucional indicado, é que deve ser reformada o Acórdão guerreado, e dada interpretação correta à questão posta para análise, com o provimento do presente Recurso

nos termos do pleiteado nas razões de Apelação interposta pelo ora Recorrente (fl.409e), não tendo sido opostos oportunos Embargos de Declaração. **Incide**, assim, por analogia, o **óbice da Súmula 282 do STF**.

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, nos termos do regramento vigente à data da interposição do Recurso Especial, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 557, § 1º, DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. SÚMULAS 282, 356 E 284 DO STF.

1. Não há de se falar de violação do art. 557, § 1º, do CPC/73 quando o colegiado mantém a decisão por não haver comprovação de efetivo prejuízo da parte.

**2. As matérias referentes aos dispositivos tidos por contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.**

3. A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos como violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Dessa forma, o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284/STF).

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 461.849/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/05/2017).

Desse modo, em não havendo sido apreciada as alegações suscitadas, à luz do dispositivo tido por violado, deveria a parte ter oposto Embargos Declaratórios no Tribunal de origem. Persistindo a omissão, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 1.022 do CPC/2015 e, não, insistir na tese recursal.

Noutro giro, em confronto com os termos do acórdão recorrido, verifica-se que a parte recorrente manifestou seu inconformismo com o resultado que lhe foi desfavorável, apresentando fundamentos outros, não relacionados ao decidido.

Assim, **furtando-se a parte ora recorrente de impugnar especificamente os fundamentos do acórdão guerreado, incide, na espécie, o óbice da Súmula 283/STF**, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles", **eis que as razões recursais estão dissociadas do fundamento em que se pautou o acórdão recorrido, incidindo, também, a Súmula 284/STF**, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DEMISSÃO. **DIVÓRCIO ENTRE AS RAZÕES RECURSAIS E O TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO E DA CONTROVÉRSIA DE FUNDO. SÚMULAS 283 E 284/STF. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO.**

1. Recurso ordinário interposto contra o acórdão que denegou a segurança no pleito mandamental impetrado contra ato judicial que visava combater acórdão que decidiu controvérsia de suspensão de segurança; o impetrante alegava que seria a única via possível.

2. **Da leitura atenta dos autos se infere que o debate de fundo está relacionado com a pretensão autoral de reapreciar questão ligada a processo disciplinar, e essa dissonância de razões em recorrer atrai a aplicabilidade das Súmulas 283 e 284/STF**, por analogia: 'Se as razões recursais não infirmam os fundamentos do acórdão guerreado, incide, por analogia, o disposto nos enunciados nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal' (AgRg no RMS 48.307/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17.8.2015.).

3. A Súmula 283/STF é aplicável aos recursos ordinários, como bem se identifica na jurisprudência do STJ. Precedentes: AgRg no RMS 33.036/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 30.6.2016; AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 18.12.2015; AgRg no RMS 41.529/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24.11.2015; e AgRg no RMS 20.451/RS, Rel. Ministro Ericson Marinho (Desembargador

convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 4.9.2015. Recurso ordinário não conhecido" (STJ, RMS 46.487/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/08/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. **RAZÕES RECURSAIS GENÉRICAS. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO.** COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. **A mera e genérica reiteração dos argumentos desenvolvidos na petição inicial ou a simples transcrição de trechos da decisão recorrida, sem que o recorrente indique ou especifique as razões de sua discordância com o julgado, não são suficientes para o conhecimento do recurso.**

2. Agravo regimental desprovido" (STJ, AgRg no RMS 36.275/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 28/06/2013).

Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus da parte recorrente expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito de seu inconformismo, **impugnando os fundamentos da decisão recorrida**, de forma a amparar a pretensão recursal deduzida, requisito essencial à delimitação da matéria impugnada e consequente predeterminação da extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso interposto, bem como à possibilidade do exercício efetivo do contraditório. Não basta repetir as razões já expendidas, seja na petição inicial, seja no recurso anterior, ou limitar-se a infirmar, genericamente, o **decisum**. **É preciso que o Recurso Especial impugne, dialogue, combata, enfim, demonstre o desacerto do que restou decidido.**

A propósito, a lição de NÉLSON NERY JR (*in* *Princípios Fundamentais - Teoria Geral dos Recursos*, 2ª ed., Revista dos Tribunais, p. 154), *in verbis*:

"Entendemos que a exposição dos motivos de fato e de direito que ensejaram a interposição do recurso e o pedido de nova decisão em sentido contrário à recorrida, são requisitos essenciais e, portanto, obrigatórios. A inexistência das razões ou de pedido de nova decisão acarreta juízo de admissibilidade negativo: o recurso não é conhecido. (...) Vige, no tocante aos recursos, o princípio da dialeticidade (...). Segundo esse princípio, o recurso deverá ser dialético, discursivo. O recorrente deverá declinar o porque do pedido de reexame da decisão. (...) O procedimento recursal é semelhante ao inaugural de uma ação civil. A petição de recurso é assemelhável à peça inaugural, devendo,

pois, conter os fundamentos de fato e de direito e o pedido. Tanto é assim, que já se afirmou ser causa de inépcia a interposição de recurso sem motivação. (...) O recurso se compõe de duas partes distintas sob o aspecto de conteúdo: a) declaração expressa sobre a insatisfação com a decisão (elemento volitivo); b) os motivos dessa insatisfação (elemento de razão ou descritivo). Sem a vontade de recorrer não há recurso. Essa vontade deve manifestar-se de forma inequívoca, sob pena de não conhecimento. **Não basta somente a vontade de recorrer, sendo imprescindível a dedução das razões (descrição) pelas quais se pede novo pronunciamento jurisdicional sobre a questão objeto do recurso. As razões do recurso são elemento indispensável para que o tribunal, ao qual se o dirige, possa julgá-lo, ponderando-as em confronto com os motivos da decisão recorrida que lhe embasaram a parte dispositiva".**

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios anteriormente fixados em 8% (oito por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora